

CESTA BÁSICA FICA MAIS BARATA. ALÍVIO NO BOLSO

EM SETEMBRO, o preço da cesta básica registrou queda em 14 das 17 capitais brasileiras pesquisadas. Verdadeiro alívio no bolso. As maiores reduções foram observadas em Brasília (-4,03%), Porto Alegre (-2,4%), e Campo Grande (-2,3%), de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Florianópolis foi a capital com os produtos mais caros, custando R\$ 747,64, seguida por Porto Alegre (R\$ 741,71), São Paulo (R\$ 734,77) e Rio de Janeiro (R\$ 719,92). As com os menores valores foram Aracaju (R\$ 532,34), João Pessoa (R\$ 562,60) e Recife (R\$ 570,20).

No acumulado dos nove primeiros meses do ano, 12 capitais viram redução no custo da cesta básica, com maiores quedas em Goiânia (-10,4%), Campo Grande (-9,2%) e Brasília (-9,1%), enquanto os maiores aumentos ocorreram em Natal (2,5%), Aracaju (2,1%) e Recife (0,9%).

Considerando a cesta mais cara, a de Florianópolis, o Dieese estima que o salário mínimo necessário em setembro deveria ter sido de R\$ 6.280,93. Quase cinco vezes o valor atual do piso de R\$ 1.320,00. Apesar disto, a proporção do mínimo necessário para uma família com quatro integrantes caiu para 4,76 vezes, ante 4,84 em agosto e 5,20 em setembro de 2022.

Foto Divulgação



Mulher negra sofre por espaço na ciência

Foto DIVULGAÇÃO



A desigualdade de gênero e racial acadêmica é um obstáculo que continua a afetar a mulher negra. Apenas 10,4% delas conseguem ter acesso ao ensino superior. Consequentemente, as portas da produção científica ficam distantes.

A disparidade persiste na pós-graduação. Somente 4,9% das bolsas de doutorado são concedidas às mulheres negras. Para as brancas são 30,9%. Além disso, menos de 3% estão envolvidas em atividades acadêmicas de ensino e pesquisa.

A realidade desigual não é apenas injusta, mas também prejudica a diversidade e a riqueza do conhecimento científico brasileiro. A exclusão da mulher negra da academia também é um reflexo das desigualdades maiores na sociedade.



Venha votar na sede do Sintaema, localizado à Avenida Tiradentes 1323, no horário das 9h às 18h.

DESENROLA OFERECE MAIS OPÇÕES AOS ENDIVIDADOS

Foto DIVULGAÇÃO



Após a aprovação no Senado e a sanção pelo presidente Lula, a Lei nº 14.690, que institui o programa Desenrola Brasil,

traz mudanças para a renegociação de dívidas no país.

Uma das principais inovações é o direito à

portabilidade do saldo devedor da fatura de cartão de crédito, permitindo aos consumidores transferirem as dívidas de um banco para outro, desde que a instituição seja autorizada pelo Banco Central.

A medida visa oferecer aos devedores a possibilidade de escolherem o banco que ofereça melhores condições para o pagamento, sem gerar custos adicionais, incluindo encargos relacionados à troca de informações ou à efetivação da portabilidade.

Além disso, a lei estabelece que os bancos e outras instituições de crédito devem adotar medidas de educação financeira para os clientes, com o objetivo de prevenir o endividamento excessivo, a inadimplência e o superendividamento.

Mais um passo para reduzir fila no INSS

Foto DIVULGAÇÃO

Atualmente, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) possui 6,4 milhões de processos com tempo de análise superando 200 dias. Na tentativa de reduzir a fila de espera por perícias, com mais de 1 milhão de pessoas, foi aprovada, na Câmara dos Deputados, proposta que cria o PEFPS (Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social).

O governo Lula tem trabalhado para zerar a fila até o final do ano. Além de buscar a redução do tempo para análise dos processos represados sobre benefícios no INSS, o texto prevê bônus aos servidores com o objetivo de acelerar a análise dos processos. A possibilidade de uso da telemedicina para a perícia



também é outra novidade da proposta, que vai agora para o Senado.

Acabar com a demora para a concessão de benefícios assistenciais e previdenciários é uma medida urgente, pois a atual situação prejudica basicamente os mais pobres. É que um em cada

três brasileiros na fila é pessoa com deficiência e de baixa renda. Pelo menos 435 mil pessoas aguardam pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada) para receber um salário mínimo mensal, que hoje está em R\$ 1.320,00, para se sustentar.